

Em nome do DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, damos as boas-vindas ao FÓRUM BRASILEIRO PELO OURO RESPONSÁVEL.

O BRASIL é um dos países com maior diversidade e riqueza mineral do mundo. A mineração desempenha papel central na economia nacional, sustentando a balança comercial, gerando empregos, receitas fiscais e desenvolvimento regional.

O OURO, em especial, ocupa posição singular: além de ser ativo estratégico para os mercados globais, está historicamente ligado à formação social e econômica do país.

O OURO DE GARIMPO possui relevância social e econômica, mas também traz grandes desafios, como impactos ambientais, tensões sociais e vulnerabilidade a organizações criminosas. Isso torna urgente o fortalecimento da governança, da fiscalização e da rastreabilidade, para que o garimpo e a mineração avancem em direção à legalidade e à responsabilidade socioambiental.

É nesse cenário que a AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, em parceria com CONSELHO MUNDIAL DO OURO, promove este fórum, espaço de diálogo e construção de ações concretas que reúne governo, setor privado, sociedade civil e organismos internacionais.

David Tait - CEO do Conselho do Ouro

A variedade de agências e instituições do governo, da comunidade diplomática, da sociedade civil e do setor privado presentes aqui hoje é muito impressionante e serve como modelo para o conjunto de atores que precisam estar engajados no combate à mineração ilegal e aos fluxos ilícitos. O Brasil está construindo um modelo de cooperação multisetorial que, acredito, servirá de referência para muitos outros países. É por isso que minha equipe e eu, do Conselho Mundial do Ouro, estamos felizes em estar com vocês. Queremos aprender com vocês e, ao lado de nossos colegas do Fórum Intergovernamental sobre Mineração, compartilhar algumas perspectivas e experiências internacionais.

Por mais de 300 anos, o Brasil tem sido um país de destaque na produção de ouro. A partir de 1693, o Brasil é geralmente creditado por experimentar o início da primeira e indiscutivelmente maior e mais longa corrida do ouro da história moderna. Ao longo dos anos, tanto os mineiros de grande escala quanto os artesanais e de pequena escala desempenharam um papel na economia do ouro do país. As tradições culturais associadas aos garimpeiros são bem reconhecidas.

Mas no Brasil, particularmente impulsionado pela forte trajetória recente do preço do ouro, a natureza do setor de ouro em pequena escala tomou uma direção mais maligna. No início do século, o ouro era negociado a cerca de \$250 por onça, agora, em 2025, tenho certeza de que está ciente, está sendo negociado a mais de \$3.700 por onça. Há 25 anos, estimava-se que a mineração em pequena escala representava cerca de 4% da

produção de ouro recém-extraída. Hoje, é responsável por aproximadamente 1.000 toneladas, ou seja, entre 20% e 25% da produção global. Cerca de 85% desse setor está fora das estruturas jurídicas formais.

Isso implica uma economia ilícita com potencial de bem mais de \$100 bilhões por ano. E não se enganem, isso é uma crise para o nosso setor do ouro. Precisamos de uma resposta urgente, coerente e, acima de tudo, integrada, que primeiramente trate do desenvolvimento interno, que proteja a cadeia de fornecimento de ouro por meio do cumprimento das expectativas legítimas de diligência devida, ajude as autoridades nacionais e internacionais a serem mais eficazes no combate ao crime organizado, ao terrorismo, à corrupção e aos fluxos financeiros ilícitos.

A mineração ilegal de ouro tem impactos negativos diretos nas comunidades, mas também abre caminho para a lavagem de dinheiro de outras categorias de crime, seja tráfico de drogas, de pessoas ou de armas. No cenário internacional, grande parte do discurso sobre a mineração artesanal e em pequena escala (ASGM) vê o setor como se fosse, em grande parte, uma atividade subsistência ao lado da agricultura, por exemplo. É claro que milhões de pessoas relativamente pobres ganham a vida com a mineração em pequena escala, talvez bem mais de 20 milhões delas.

Estamos unidos na crença de que devemos apoiar aqueles que querem fazer a coisa certa e se comportar com responsabilidade. Queremos que sejam protegidos da intimidação e da exploração, que observem normas de segurança mais elevadas e que sejam melhores administradores do meio ambiente. Não queremos criminalizá-los, precisamos ajudá-los a se formalizar, profissionalizar e a ingressar no setor formal. Precisamos também ajudá-los a acessar financiamentos legítimos e a mercados legalizados.

Mas também precisamos trabalhar juntos para combater os efeitos malignos do crime organizado, grupos armados, políticos e outros, garantindo que o trabalho de aplicação da lei seja dotado de recursos compatíveis com a escala emergente do problema. Muitos grupos do crime organizado são ágeis na adaptação de seus modelos de negócios. As agências governamentais que trabalham com o setor privado precisam ser igualmente ágeis.

Aqui no Brasil, a mineração ilegal de ouro afetou o Estado de Direito e resultou em graves abusos dos direitos humanos contra grupos indígenas como os povos Yanomami e os Mandaruku. Além disso, a mineração ilegal mal controlada leva muitas vezes à exploração de crianças, trabalho forçado e grave violência de gênero. Como todos sabemos, isso levou a graves impactos na floresta amazônica, levando à poluição por mercúrio dos cursos d'água, solo e ar de muitas comunidades remotas, com impactos graves e duradouros em crianças e gestantes.

O Brasil também enfrenta os desafios decorrentes do fato de que a bacia amazônica envolve nove países distintos com fronteiras altamente porosas, tornando a fiscalização dos fluxos de ouro altamente desafiadora. A agenda deste fórum deixa muito claro os principais elementos de sua nova estratégia para promover a mineração responsável.

Ao redor desta sala, vejo representantes do Ministério de Minas e Energia, da ANM, da Agência Ambiental, do Banco Central, da Polícia Federal, desses grupos da sociedade civil, do IBRAM e das vozes dos mineiros de pequena escala. Também estou ciente de que a indústria estrangeira está trabalhando arduamente para atualizar a Convenção de Palermo sobre Crime Organizado para torná-la mais eficaz no combate a crimes ambientais e baseados em recursos naturais. Vocês também estão buscando a rastreabilidade e progredir na eliminação do mercúrio no processamento do ouro. Sei que a eliminação da presunção de boa fé no comércio de ouro foi um grande passo em frente no setor externo e que estão a sendo feito progressos no sentido de garantir que o ouro possa ser rastreado até às concessões de onde supostamente veio. Vamos apoiá-lo entusiasticamente no progresso deste trabalho.

O envolvimento substantivo do Conselho Mundial do Petróleo no setor de mineração artesanal de pequena escala é relativamente recente, à medida que nos tornamos cada vez mais preocupados com a capacidade dos lucros da mineração ilegal de ouro para desestabilizar regiões e países e desencadear preocupações de segurança. No Sudão, por exemplo, ambos os lados de uma guerra civil brutal são essencialmente financiados pela mineração ilícita de ouro. Vemos nessas tendências um grande risco de reputação para o ouro e um risco para a estabilidade do mercado geral de ouro. Por isso, estamos em diálogo com vários governos do G7 e do G20, incluindo os países britânicos, para garantir que eles tomem medidas para enfrentar o flagelo da mineração ilegal e, particularmente, os fluxos ilícitos. Também estamos trabalhando com muitas organizações internacionais, incluindo o Banco Mundial, a OCDE, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, a Iniciativa Planet Gold Anti-Mercúrio e outras, para melhorar a coerência da resposta à mineração ilegal dentro e entre os países. Esperamos sinceramente que o Brasil esteja intimamente envolvido neste trabalho à medida que avançamos.

Acredito que há três elementos-chave a serem focados no crescimento e formalização do setor:

1. Primeiro, acreditamos que é necessário implementar uma tecnologia de rastreabilidade adequada que registre a jornada do minério desde a mina até a planta de processamento. O mercado de ouro legítimo exige saber exatamente de onde veio o ouro e como foi extraído. Eu entendo que a polícia federal e outras agências têm trabalhado em algumas soluções interessantes de rastreabilidade. O WGC (World Gold Council) não defende tecnologias específicas, mas temos trabalhado com a empresa suíça em uma tecnologia que usa varreduras de Fluorescência de Raios X (XRF) para garantir que todo o minério entregue às plantas de processamento centralizadas locais realmente venha das áreas de mineração declaradas. Essa abordagem é relativamente barata, gera resultados rápidos e, com base nos resultados dos ensaios e os dados de rastreabilidade, permite que os mineradores legítimos sejam pagos em tempo hábil.
2. Em segundo lugar, consideramos a reforma, o desenvolvimento e a implantação de uma infraestrutura de processamento de ouro generalizada como fundamentais para o progresso. O uso de mercúrio em nossa nação é altamente ineficiente e tem um grande impacto no meio ambiente e na saúde humana. A mudança do mercúrio

para tecnologias alternativas, como a adição responsável de cianeto, pode dobrar as taxas de recuperação do ouro, de cerca de 35 a 40% para cerca de 90 a 95%. Esse enorme aumento de rendimento e o bônus de receber preços à vista globais oferecidos por uma entidade de processamento oficial, talvez apoiada pelo governo, incentivarão e financiarão a formalização dos mineradores. Será muito difícil para os mineradores ignorar esses incentivos, essas plantas de processamento podem então alimentar seu ouro diretamente em refinarias legais e legítimas, e terão certeza de que sabem que o ouro foi extraído de forma responsável na fonte.

3. E em terceiro lugar, acreditamos que a criação de um mecanismo centralizado ou oficial, talvez bancos centrais, comprando ouro de mineradores responsáveis pode desempenhar um papel fundamental na limpeza do setor. O Conselho Mundial tem trabalhado, por exemplo, com um grupo inicial de sete bancos centrais, que se estende das Filipinas ao Equador e inclui os bancos do Brasil e Colômbia, na América do Sul. Seu objetivo é alavancar a formalização e as boas práticas ambientais e sociais por meio de programas para comprar ouro em moeda local, inclusive para aumentar suas reservas de ouro ou comprar em mercados locais e vender nos mercados internacionais, passando pelos processos de devida diligência exigidos. As quantidades de ouro compradas pelos bancos participantes estão crescendo rapidamente sob a liderança do governo do Banco do Equador, sei que o Banco do Brasil desempenha um papel ativo no grupo e tem importantes poderes regulatórios sobre agregadores e comerciantes, mas recomendo fortemente que vocês considerem complementar suas outras iniciativas usando o banco ou outra agência pública para comprar ouro produzido de forma responsável pela mineração artesanal e de pequena escala.

No geral, nosso trabalho para melhorar a integridade da cadeia de suprimentos de ouro no setor ASGM não pretende ser isolado. Na verdade, espero que, daqui a alguns anos, vejamos o material ASGM produzido de forma responsável começando a ser integrado a outros trabalhos que nós e o LBMA estamos fazendo no Gold Bar Integrity, ou no programa GBI. O GBI visa colocar todo o ouro de origem legítima em um banco de dados imutável baseado em *blockchain*, onde os compradores poderão ver claramente que a barra de investimento, a moeda e, quando a tecnologia permitir, as joias que eles comprarem foram adquiridas de forma responsável, refinadas de forma respeitável e passaram apenas pelas mãos de atores legítimos. Estou muito confiante de que em breve chegará o dia em que será impensável comprar ouro sem primeiro verificar sua origem e integridade no banco de dados do GBI. Meu objetivo é que aqueles que estão segurando ouro por razões nefastas, fora do banco de dados, descobrirão que os compradores disponíveis para seu ouro diminuirão constantemente. O GBI não é apenas essencial para salvaguardar o futuro do mercado de investimento em ouro, mas também tem um papel crucial a desempenhar para ajudar a fortalecer as cadeias de suprimentos responsáveis e, em particular, a integridade do setor de mineração de ouro artesanal e em pequena escala. O Brasil reconheceu a gravidade dos desafios associados à mineração ilegal e estamos ansiosos para trabalhar com vocês nos próximos meses e anos para aprender com vocês e apoiar todos os seus programas.

Mauro Sousa - Diretor Geral da ANM

É uma satisfação a gente inaugurar este seminário, que acontece pela primeira vez aqui no Brasil, uma parceria com o Conselho Mundial do Ouro, com o apoio do IGF, que tem sido um parceiro já firme da Agência Nacional de Mineração e desenvolveu um trabalho muito importante junto aos governos na questão da mineração, da sustentabilidade e o tema que nos traz aqui tem uma importância em capital e basta a gente retomar dois anos atrás quando eclodiu a questão de Yanomami que apenas trouxe algo à tona que já é antigo no nosso país. É atuação indevida, ilegal e irregular de pessoas e empresas que promovem a extração ilegal do ouro.

Paralelo a isso, nós temos que reconhecer também que temos toda uma legislação relativa à mineração em pequena escala, que aqui no Brasil, a mineração artesanal, nós chamamos de garimpo e que é uma atividade econômica de suma importância, principalmente em determinadas áreas do país. E é uma atividade que não só provê o suprimento da vida das pessoas, mas tem um aspecto também cultural, e a gente precisa responder a essa situação, em que hoje o assédio de atividades irregulares não só a mineração em si, mas a apropriação dos espaços destinados a essa atividade que estão sendo tomados pelo crime organizado especialmente.

Muito recentemente, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão a partir de uma discussão que foi levada à apreciação da Suprema Corte Brasileira decorrente justamente desse fato dos Yanomamis, da invasão das terras Yanomami e que suspendeu a princípio e depois a decisão final do Supremo foi por anular o dispositivo da legislação que aplicava a presunção da Boa Fé, quando da primeira aquisição do ouro, oriundo de garimpo. E, esse foi um passo importante, e nós temos uma incumbência, nós, o Estado brasileiro, de tomar as medidas necessárias para que a gente proíba essa atividade, com todas as atividades ilegais, não só a extração ilegal, mas todas aquelas que ocorrem no entorno disso, sob os auspícios de determinadas facções criminosas.

Então hoje com muito bem o David pontuou, nós temos a penetração das drogas, do tráfico de drogas, de armas, de pessoas, violência sexual e também trabalho escravo. Então nós temos uma gama de ilícitos que ocorrem naqueles espaços territoriais, isso é um desafio para o país, aliás, não só para o Brasil, essas ocorrências também têm em outras nações, aqui na própria América Latina e não é apenas uma agência reguladora ou um ministério de Minas e Energia que tem incumbência de dar conta disso. É todo o aparato do Estado e a sociedade civil organizada e outras instituições que precisam apurar para que gente melhore esse clima e a forma de explorar essa atividade econômica importante.

Como muito bem falou o David, os números são importantes, o crescimento da atividade exponencial e os preços estimulam também, além da atividade em si, estimulam as atividades ilícitas porque eles proveem também o nível de lucro significativo.

A ideia deste seminário é justamente trazer as pessoas e instituições que podem trabalhar e quem tem a priori uma solução para problemas complexos. Então temos que juntar expostos, conjugar entendimentos, fazer reflexões e mais do que isso, mais do que um diálogo, é partir para um nível de ação efetiva que possa atuar nas várias frentes necessárias.

E para tanto, nós estamos lidando com uma indústria de caráter global, e isso sendo global também as soluções têm que ser o máximo possível globalizadas, porque temos garantia, procedência, o ouro de legalidade comprovada e cuidar de toda a cadeia produtiva. Então, desde a extração, o processamento, a comercialização, a industrialização, tudo isso é desafio para qualquer um dos países. Obviamente temos centros apenas receptores que são aqueles que adquirem e consomem com muito mais ênfase, nós somos produtores, consumimos também, mas temos várias destinações, inclusive para lastrear posições de países junto ao Banco Central, se são os bancos centrais ou bancos, outros em nações para ter como lastro de caráter financeiro. Também serve com ativo financeiro, capital, mas também até a própria indústria de joias e nós temos que cuidar disso, é uma indústria muito ampla e que precisa ter realmente esse olhar muito mais criterioso, até ambicioso.

Temos aqui a representação do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, que tem feito um trabalho ordenando a questão da execução da Convenção de Minamata, da qual nós somos signatários, e precisamos tomar com muito mais eficiência e percuciência, eu diria, a execução desse curso de Minamata, que ela não preconiza necessariamente o banimento da utilização do mercúrio na atividade mineraria, o mercúrio é utilizado na área médica, sobretudo, no tratamento bucal e a ideia é que se gradativamente e retire o mercúrio pelos danos ambientais e humanos que causa, e todos sabem disso, mas ainda é uma forma de processamento daquela extração do ouro.

Nós temos esse caminho agora mesmo, brevemente em Genebra, justamente na mesma semana que terá o encontro do IGF, nós teremos a COP6 também e um grupo específico para lidar com a questão do Mercúrio e como o Brasil precisa, como outros países precisam se apresentar para a COP30. Que tipo de mineração você quer? Qual é a mineração do futuro? Qual é o futuro da mineração? A mineração mais responsável tanto do ponto de vista ambiental quanto de vista humano, social, como ela chega às comunidades e como ela cuida das comunidades, vamos fazer essa reflexão, tomar decisões e criar *standards* básicos que possam levar a uma melhoria significativa dessa atividade em vários recantos do mundo.

Eu acho que a coalizão que se propõe que é uma ideia muito interessante a qual nós nos criamos e visa a discutir, criar um fórum e ter um tratamento mais globalizado para essa questão. Não é uma questão de um país ou de outro, é uma questão que ganha o mundo pela importância que essa substância química tem para a sociedade historicamente, então precisamos realmente criar mecanismos, criar instrumentos e ninguém tem como eu disse, ninguém tem a solução, nenhum país isoladamente, nem uma cultura dentro do país isoladamente. É uma conjunção exposta, uma construção coletiva e ela vai se amoldando as várias realidades, respeitando as realidades, respeitando

especificidades, mas que nós vamos buscar o máximo possível essa intenção, um nível de conhecimento, um nível de introdução de novas técnicas, inovação permanente, vai garantir uma rastreabilidade nas várias formas, como diz aqui o professor Jorge de Tomio, que tem estudado, que tem nos brindado com estudos importantes para que a gente encontre os meios mais adequados.

Então nós vamos juntar essas forças todas, os conhecimentos, vamos produzir mais conhecimento e inovação e obviamente precisamos garantir a financiabilidade dos projetos, garantir que recursos estejam presentes para que todos os projetos, todas as ideias se transformem em realidade e transformem a realidade que nós vivemos hoje. É fundamental também o apoio do Banco Mundial, tivemos reunião na em Paris recentemente, o Banco Mundial esteve conosco, o IGF coordenando com o Conselho Mundial do Ouro, então, nós nos irmanamos nessa grande jornada, nesse grande desafio, que há de ser cumprido com o esforço de cada um de nós, e eu tenho certeza de que o Brasil está preparado para enfrentar, nós temos os nossos inúmeros problemas, e várias ordens, mas também nós também temos uma estrutura de Estado, temos uma sociedade que se organiza cada vez mais, que é garantir que nós tenhamos uma produção de ouro segura e, seja por a partir de produção, seja industrial, seja como nós chamamos aqui, PLG, Permissão de Lavra Garimpeira, ordenada, com respeito ao meio ambiente, com respeito às pessoas, às comunidades, e que produza, efetivamente, o nível de crescimento econômico, desenvolvimento social que o ouro pode proporcionar, não só para quem produz, mas para quem consome também. Um consumo consciente e um consumo sabendo a origem desse produto. E nós queremos estar juntos nessa coalizão global para que possamos o mais rápido possível garantir que esse tempo seja alcançado.

Júlio César Nery - Diretor de Assuntos Minerários, Instituto Brasileiro de Mineração

Esse assunto do ouro é um assunto muito caro, porque desde o primeiro evento que eu participei do IBRAM na mesa que eu estava teve uma apresentação da Polícia Federal sobre o projeto Ouro Alvo, e desde aquele momento, quando o Ricardo, que era o agente que estava fazendo a apresentação, ele fez e aquilo me impressionou muito. Aquilo assim, ficou muito forte na minha cabeça, que era uma saída muito grande para a credibilidade, você poder identificar de onde saiu o ouro. A gente sabe que cada jazida é única e que tem características especiais mesmo. O que resta aí é a gente conseguir meios de mapear isso e então poder usar essa característica a nosso favor, a favor de uma rastreabilidade que leve a legalidade.

E desde aquele momento, mesmo na mesa, eu falei para o Ricardo, eu apoiarei vocês se precisarem do IBRAM, vocês vão ter, isso deve ter sido em 2020. Depois disso, nós continuamos a conversa, o Ricardo não está mais nessa área, mas o Fabio Salvador o substituiu. Continuamos trabalhando e devemos assinar esse ano ainda um convênio com a Polícia Federal justamente nesse sentido de ajudar a polícia a criar o banco de amostras, porque aí a gente vai poder então identificar de onde veio, por que ela dá a

amostra de ouro. É um trabalho longo, um trabalho difícil, caro, mas que precisa começar. Já andou bastante, a gente já consegue saber, por exemplo, provar que uma determinada amostra não veio de uma determinada jazida, e já é um progresso em termos forenses muito grandes.

Mas esse foi um dos primeiros trabalhos que a gente fez e depois nós tivemos um ano muito promissor em 2023. Nós tivemos sempre a função de assessorar ele tecnicamente nesse assunto, e a análise da presunção da Boa Fé, ele já se colocou contra desde o princípio. Quando ele viu o que era aquilo, se colocou contra e começou a trabalhar nesse sentido, a primeira providência que nós consideramos uma vitória, partiu da agência Dr. Mauro, não foi aquele registro da primeira conta, eliminando o papel. Era dado o papel prescrito e aí, de fim que contavam muito a rastreabilidade do processo, desse jeito.

Depois disso, veio então a nota fiscal eletrônica pela Receita, o presidente Lula foi até a Receita Federal, foi até o Ministério da Fazenda, ele fez uma luta muito grande nesse sentido, trabalhou muito e recebeu até ameaça por causa disso, contra as licenças que as dependentes tinham de comprar o ouro sem declarar a conferência, isso foi um assunto bastante sério, bastante tenso. Mas esse ano então foi o ano que culminou, depois, com a decisão do Supremo, citada pelo Dr. Mauro, de suspensão da presunção Boa Fé e depois da anulação dessa lei. E aí, criou-se condições para se ter um maior controle da produção de um país, da venda, da comercialização principalmente, isso faz parte do nosso processo. A gente tem sempre que trabalhar fazendo a coisa dentro da lei e a gente tem sempre que trabalhar incentivando essa possibilidade que nós entendemos que é possível fazer isso. O preço que o ouro trata hoje, três mil setecentos e oitenta dólares, mais ou menos, equivale a seiscentos e oitenta reais a grama, é um preço muito elevado e que é um chamariz enorme para a atratividade de pessoas inescrupulosas. E aí cabe, ao poder de polícia, ao governo principalmente, de coibir essas ações ilegais. E cabe a nós do setor, trabalhar para incentivar essas empresas que queiram trabalhar legalmente.

Nós fizemos recentemente um convênio com a USP e com o NAP para desenvolvimento de uma ferramenta de conformidade, onde a gente é preocupado com a rastreabilidade do processo e com conformidade de mostrar que a operação é legal. Nós fizemos o convênio, está em fase de testes ainda, mas a gente espera lançar no máximo daqui um ou dois meses, porque a ferramenta já está praticamente pronta. É uma ferramenta que vai permitir que dada uma determinada área, não somente de PLG, dada uma concessão de lavra, uma PLG, um processo de licenciamento para esses minerais, e a pessoa possa, via internet, consultar se aquela área está conforme em termos de agência nacional de mineração, em termos de meio ambiente, se ela pagou o CFEM daquela área que está dizendo que foi retirado o material e principalmente, checar por via imagem de satélite que houve trabalho naquele período que foi informado. Onde conhece bem o processo, desde o início participou, está à frente do processo. Mas assim, eu gostei muito da ideia desde o início e felizmente ela está atingindo exatamente o que a gente esperava. Então é algo que a gente quer colocar a público, e em um futuro próximo, talvez até emitir certificados de conformidade, porque aquela área está legal, que tem o licenciamento ambiental e que tem o licenciamento minerário. Isso é mais uma

ferramenta para o pequeno minerador. A grande mineração, ela tem outras ferramentas para mostrar essa conformidade. Mas a gente entende que isso vai ser uma ferramenta muito importante para o pequeno minerador, e isso a gente pretende colocar em público então no máximo daqui a dois meses. Trabalhando com isso a gente mobilizou pouco tempo atrás o mapa da mineração, onde você tem lá mais de 300 operações dizendo onde está, o que que é, o que que minera. Estamos tentando então divulgar as operações das mineradoras.

Estive nessa apresentação do projeto Ouro Sem Mercúrio, um trabalho muito grande feito pelo UNEP (PNUMA em português), e que acho que merece ter mais divulgação disso, porque a gente tem alternativas do mercúrio. Eu, como técnico que trabalha com grandes projetos, a gente sabe que o cianeto é muito mais eficiente nisso e muito mais fácil de controlar. Tem seus riscos, mas é um controle muito mais factível. E o Mercúrio tem outras complicações muito maiores, como a permanência, por exemplo, no solo com muito mais tempo. Então a gente incentiva isso nessas soluções até do uso de outras fontes de material que possam ser usados para fazer essa recuperação do ouro, ou mesmo a recuperação do ouro livre, através de grandes centrífugas, de centrífugas mais eficientes. A gente tem esperança nisso, a divulgação desse projeto seria muito boa para a gente poder atingir esse estágio de que todo mundo pudesse ter uma maior recuperação, como diz o Dr. Mauro, uma maior recuperação do ouro na lavra. Como engenheiro de minas a gente sempre trabalha para que você tenha uma maior recuperação, para você extrair uma quantidade de material no solo, então vamos aproveitar ela da melhor forma possível, pode ser retirado e depois fazendo a reabilitação da área. É isso que a gente defende, é isso que o IBRAM defende.

Ana Paula Lima Vieira Bittencourt - Secretária Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/MME

Eu acho que foram trazidas expressões, que sintetizam de uma maneira muito clara o que todos nós desejamos nessa temática de ouro responsável, alguns compromissos de processo de extração responsável do ouro, alguns compromissos que inclusive o nosso governo brasileiro já tem iniciativas, nós estamos falando de rastreabilidade, nós estamos falando de redução das possível eliminação do uso do mercúrio, lá no processo de extração de ouro, feita pela mineração artesanal em pequena escala, usualmente chamada de garimpo no Brasil. E nós falamos do processo de reconhecimento de conformidade, e aí é uma outra conta, uma outra perspectiva desse fenômeno que é extremamente relevante quando a gente está falando pelo incentivo da atividade regular. Nosso ministério tem sido muito contundente em afirmar a importância da atividade mineral, da mineração legal, responsável e, acima de tudo, capaz de gerar resultados que sejam reconhecíveis pela sociedade, pelas comunidades que estão próximas aos empreendimentos.

Em nossa Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, temos colocadas pautas relacionadas à mineração de ouro, em especial a mineração artesanal em pequena escala, no centro de nossa agenda. Não poderia ser diferente,

final, a mineração de ouro, sua cadeia produtiva tem alta relevância para economia brasileira. Demanda ações total e relevante, com destaque o trabalho feito pela ANM, pelo MME, e nos coloca diante de grandes desafios, reforço adequado à extração de nossos recursos minerais, envolvimento em processo de rastreabilidade capaz de assegurar a adequada origem do produto e abertura de novos mercados internos internacionais, com aumento do valor do nosso ouro e ampliação dos ganhos sociais dele decorrente.

Respeito e incentivo a atividade garimpeira legalizada, sobretudo aquela mediada por cooperativas, desenvolvimento de capacidades estatais e sociais, que permitam que a extração de recursos minerais seja realizada em alinhamento com as melhores práticas de sustentabilidade, sobretudo em relação à saúde das pessoas e ao equilíbrio ambiental, com a geração de valor para as comunidades, enfim, são muitos desafios, o que não nos permite ficar parados.

Em julho, como foi colocado aqui, o governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente nos reunimos para tratar de relevantes temas relacionados à mineração sustentável de ouro e a atração de recursos para financiamento do nosso Plano Nacional de Ação para a Redução, e sendo possível, ao desejado, a eliminação do uso do mercúrio na mineração artesanal em pequena escala. Também no mês de julho deste ano, fizemos o lançamento do Panorama Nacional da Mineração Artesanal em Pequena escala, um diagnóstico profundo do tema contemplando questões socioeconômicas, ambientais e jurídicos por ter meio. Esse panorama é fruto do projeto Ouro Sem Mercúrio, um trabalho construído a muitas mãos ao longo dos últimos anos, com a Coordenação Institucional do Ministério, em conjunto com parceiros essenciais, PNUMA, Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e a equipe de consultores do NAP-USP.

É preciso deixar claro que buscamos construir políticas públicas baseadas em evidências sólidas e com laço na realidade socioeconômica brasileira. Afinal, temas complexos requerem dos agentes públicos e da sociedade ação integrada, focar em resultados e nos ditados legais. Exemplo do ditado legal é a Convenção de Minamata. O Brasil cumprirá com o que foi pactuado nessa convenção em relação ao Ouro.

Nós buscaremos construir um sólido conjunto de políticas públicas que apoiem as comunidades garimpeiras que se interessam em atuar legalmente, se interessam pela segurança das atividades econômicas e, imprescindivelmente, pelos movimentos socioambientais por elas proporcionar.

O MME entende necessário:

- Fomentar a formalização do setor.
- Estimular a atividade legal em áreas permitidas.
- Apoiar os demais órgãos no combate à atividade ilegal.
- Promover a atividade segura sem o uso do mercúrio para que sejam protegidas a saúde das populações e o meio ambiente.

- Apoiar o desenvolvimento de tecnologias alternativas ao uso do mercúrio, que sejam seguras.
- Ampliar a abertura de novos mercados para a criação de ouro brasileiro, conectando-a com consumidores de todo o mundo.

A finalização do projeto do Ouro Sem Mercúrio prenuncia novas ações e alçada de novos voos. A captação de recursos junto ao Fundo Global para o Meio-Ambiente pode viabilizar a construção de soluções para uma mineração mais responsável, com potencial de ampliar o apoio a ações estratégicas voltadas à redução do uso do mercúrio, com o programa piloto para testar novas tecnologias e a valorização das comunidades garimpeiras.

Esse é o exemplo do programa Planet Gold, que pode nos apoiar nas ações para cumprir a convenção de Minamata, trabalhando em parceria com governos, setor privado e as comunidades de mineração artesanal, para melhorar significativamente as práticas de produção e o ambiente de trabalho de mineradores artesanais em pequena escala.

Mas para além de buscar parcerias, vamos fazer o nosso dever, estamos finalizando uma minuta de plano de ação nacional. E essa minuta será objeto a um grande debate dentro do governo e com representantes dos Estados da Federação. Nosso objetivo é aprovar um plano nacional robusto e focado em atender a essas necessidades que já identificamos aqui. Uma grande responsabilidade para a qual contaremos com parceiros do governo, a sociedade civil e a comunidade internacional, e para o qual ambientes como esse que são criados por esse fórum são indispensáveis. Para que a gente amadureça discussões, para que a gente tenha certeza dos desafios que foram mapeados e para que a gente busque as melhores soluções.